

Senado exigirá explicação sobre uso de reservas

Suplicy e Amin vêem acordo com desconfiança e têm dúvidas

sobre sua legalidade

19 MAR 1994
NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, poderá ter dificuldades para conseguir do Senado a autorização para o uso de reservas cambiais do País em garantia do acordo de US\$ 35 bilhões com os bancos estrangeiros. Os senadores Espiridião Amin (PPR-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) encaram com desconfiança a utilização das reservas e têm dúvidas sobre a legalidade do acordo fechado, às pressas, na quinta-feira, com os bancos credores.

Amin chegou a dizer que a oferecimento das reservas foi motivado pela pressa de Cardoso em concluir um acordo em tempo de se lançar candidato a presidente da República. "Acho que isso foi feito como esforço para facilitar a desincompatibilização do ministro." O senador avisou que o governo vai ter de dar explicações minuciosas sobre a operação ao Senado. Na semana que vem, Amin, que é membro da Comissão de Assuntos Econômicos, proporá convocação do presidente do Banco Central para fazer um relatório. "Quero saber quanto o País vai gastar nessa brincadeira".

Suplicy também está preocupado com os custos das operações, já que não se sabe quanto o País gastou ou gastará para adquirir as garantias (títulos do Tesouro norte-americano) no mercado. O Senado havia aprovado a compra dos títulos diretamente ao Tesouro dos EUA. "Esse acordo não pode afetar a capacidade de pagamento do País", alertou Suplicy. A emissão do Tesouro norte-americano não ocorreu por falta de um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Caso o Senado aprove o acordo com os bancos, no dia 15 de outubro o Brasil fará o primeiro pagamento semestral de juros relativos aos novos bônus de 30 anos. O BC não quis informar o valor desse pagamento, pois ele depende de um último ajuste nas opções que os bancos fizeram pelas diversas formas de recebimento dos seus créditos. Até o dia 15 de abril, data marcada para a troca dos títulos velhos pelos novos bônus, o Brasil fará dois pagamentos, ainda dentro das regras atuais, no valor de aproximadamente US\$ 90 milhões, cada. O primeiro será feito no dia 22 e o segundo, no próprio dia 15.